

Conferência Parlamentar sobre a Educação Especial

Decreto-Lei n.º 3/2008: Análise Concetual e Avaliação da sua Implementação

21 de Março

Manuela Sanches Ferreira

manuelaferreira@ese.ipp.pt

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

Sumário

1. Aspectos essenciais do Decreto-Lei n.º3/2008 e principais resultados da avaliação da sua implementação.
2. Propostas resultantes da conjugação dos resultados da avaliação e das actuais tendências científicas e legislativas internacionais.

Aspectos essenciais do Decreto-Lei n.º 3/2008

Preâmbulo

«A educação inclusiva visa a **equidade educativa** (...), quer no **acesso** quer nos **resultados** (...) dando lugar à **mobilização** de serviços especializados para promover o potencial de **funcionamento biopsicossocial**»

Aspectos essenciais do Decreto-Lei n.º 3/2008

que a **população-alvo** dos apoios especializados seja definida pelo seu **Perfil de Funcionalidade**, elaborado por referência à Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, (**CIF**); que exista uma **equipa** responsável pela elaboração desse perfil; que o Programa Educativo Individual, (**PEI**) seja da responsabilidade do **professor titular de turma/director de turma**; que o PEI esteja inscrito no **Projecto Educativo** e no **Plano de Actividades das Escola**; que os **pais**, ou **encarregados de educação**, têm o direito e o dever de participar activamente em tudo o que se relacione com a educação especial a prestar ao seu filho; que sejam criadas respostas específicas diferenciadas para os alunos com perturbações do espectro do autismo e para os alunos com multideficiência e surdocegueira congénita – **Unidades de Ensino Estruturado** e **Unidades de Apoio Especializado** que sejam criadas **Escolas de Referência** para alunos surdos e para alunos cegos e com baixa visão; que três anos antes da idade limite de escolaridade obrigatória seja desenvolvido um Programa Individual de Transição (**PIT**) para promover a transição para a vida pós-escolar; que as **instituições** de educação especial se convertam em **Centros de Recursos para a Inclusão** (**CRI**) aproveitando os conhecimentos dos profissionais numa perspectiva de suporte à escola.

Síntese de Resultados

Situação actual

O modelo biopsicossocial, operacionalizado pela CIF permitiu um maior conhecimento dos alunos e das suas necessidades



Dificuldades no uso da CIF

- Falta de conhecimento/formação
- Falta de instrumentos de avaliação
- Falta de articulação com o MS

Co-responsabilização dos docentes titulares de turma/directores de turma no processo de avaliação e intervenção



Barreiras à participação:

- dificuldades na organização/gestão de horários
- falta de conhecimentos

Aumento da participação dos pais no planeamento da avaliação e na elaboração Relatório Técnico Pedagógico e do PEI



- Existe ainda espaço para ampliar esta participação

Síntese de Resultados

Os alunos elegíveis para os serviços de Educação Especial têm, em média, 4 medidas de apoio e os alunos não elegíveis, 2 medidas



- É necessário activar e pensar o ensino regular, isto porque, muitas vezes, a Educação Especial aparece pela não existência de respostas no ensino regular

Implementação do PIT



- Nem sempre presente nos três anos que antecedem o limite da escolaridade obrigatória
- As dificuldades são atribuídas ao estabelecimento de protocolos com instituições

As Escolas de Referência, para a educação bilingue de alunos surdos e para a educação de alunos cegos e com baixa visão, contribuíram para o aumento do sucesso educativo dos alunos



- Necessidade do ensino da Língua Gestual Portuguesa o mais precocemente possível

Nas Unidades de Ensino Estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo e nas Unidades de Apoio Especializado para a educação de alunos com multideficiência foi ainda mais expressamente reconhecido



- Necessidade de monitorização/avaliação para dar informação ao sistema educativo face ao aumento do número de alunos para estas respostas

Síntese de Resultados

O modelo biopsicossocial, operacionalizado pela CIF permitiu um maior conhecimento dos alunos e das suas necessidades

Os alunos elegíveis para os serviços de Educação Especial têm, em média, 4 medidas de apoio e os alunos não elegíveis, 2

Co-responsabilização dos docentes titulares de turma/directores de turma no processo de avaliação e intervenção

As Escolas de Referência, para a educação bilingue de alunos surdos e para a educação de alunos cegos e com baixa visão, contribuíram para o aumento do sucesso educativo dos alunos

Aumento da participação dos pais no planeamento da avaliação e na elaboração Relatório Técnico Pedagógico e do PEI

Nas Unidades de Ensino Estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo e nas Unidades de Apoio Especializado para a educação de alunos com multideficiência foi ainda mais expressamente reconhecido

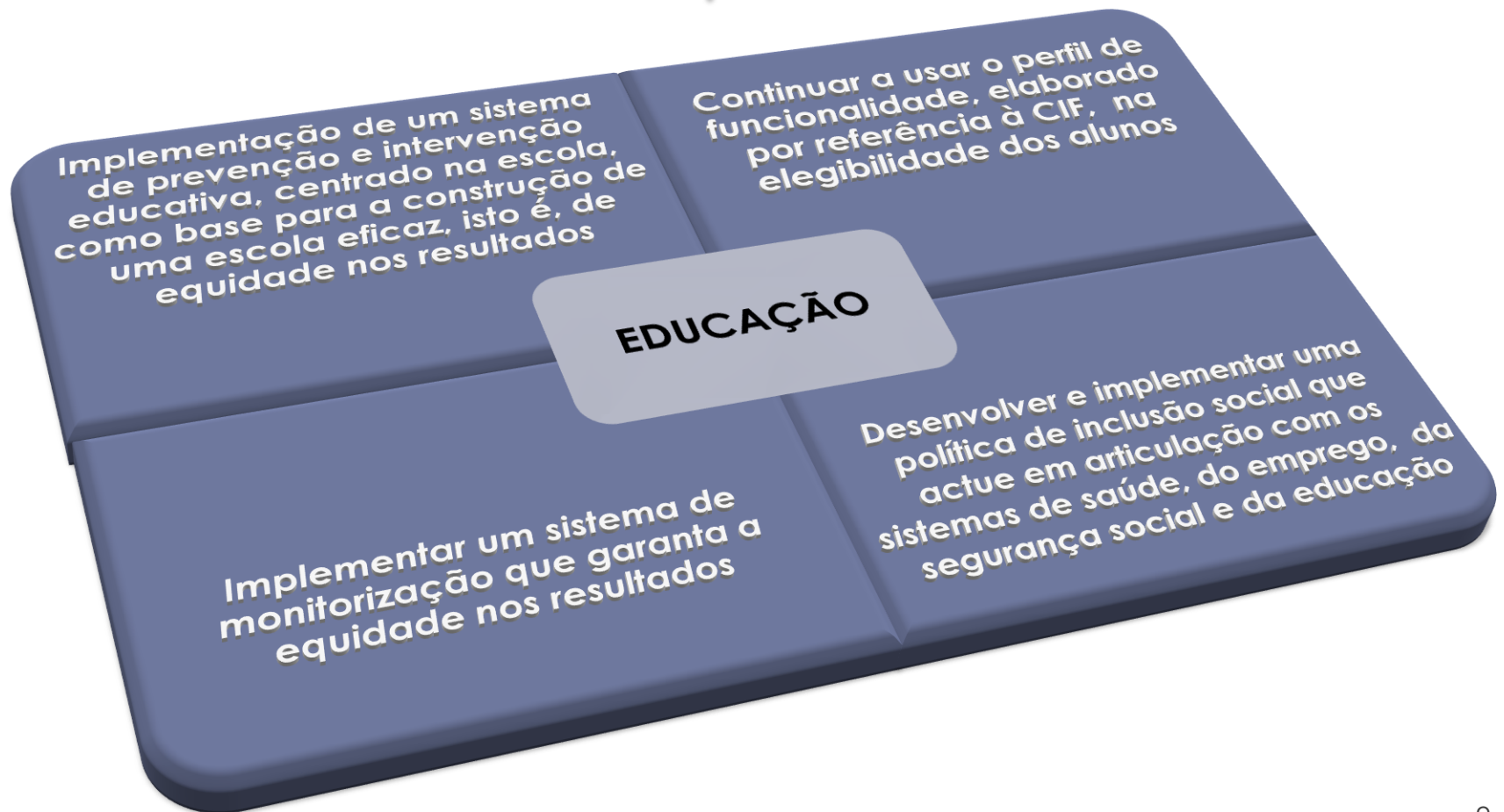
Síntese de Resultados

“A promulgação do Decreto-Lei permitiu uma melhor qualidade das respostas educativas e do ensino, nomeadamente uma escola mais inclusiva, um ensino de maior qualidade e mais tempo e envolvimento dos alunos com NEE na sala de aula”

Quatro propostas de melhoria

Dados Empíricos
(recomendações)

Estudos Internacionais



Propostas de melhoria ...

Rec3. Criar sistemas de referência e intervenção preventivos, evitando que os serviços de educação especial sejam dos primeiros recursos a serem ativados

Rec14. Implementação de uma formação inicial de professores assente nos princípios éticos e nos conhecimentos científicos que sustentam a educação inclusiva

Rec4. Reorganizar as respostas educativas adequando-as às necessidades dos alunos cujas dificuldades/restrições não justifiquem a ativação de respostas no âmbito da educação especial

Implementação de um sistema de prevenção e intervenção educativa, centrado na escola

A educação especial faz parte da constelação de serviços e de recursos disponibilizados pela escola

Mais alunos na Educação Especial não significa melhor educação

Formação inicial de professores para a inclusão

Modelo de Ensino Centrado na Escola: Contínuo de Necessidades

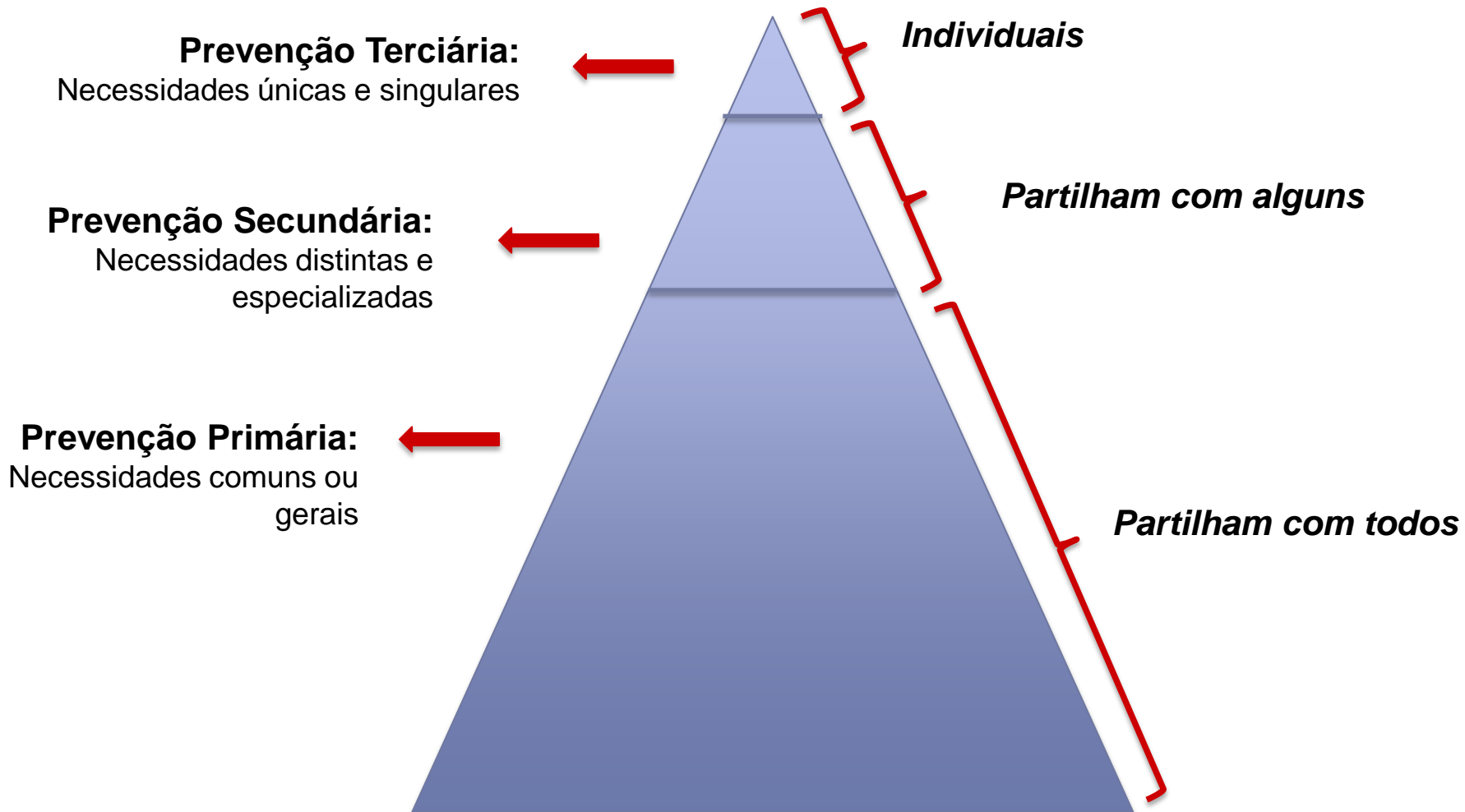


Figura 1. Adaptado de Tilly III (2008) e Norwich (2008).

Propostas de melhoria ...

Rec17. Continuar a utilizar a CIF como referencial na avaliação especializada e na elaboração do perfil de funcionalidade

Rec16. Desenvolvimento de instrumentos de avaliação centrados nos Fatores Ambientais

Continuar a usar o perfil de funcionalidade, elaborado por referência à CIF, na elegibilidade dos alunos

Irrelevância do Diagnóstico

Perspectiva Multidimensional do Funcionamento Humano

Necessidade de Suportes Adicionais

Propostas de melhoria ...

Rec22. Desenvolvimento de um sistema de avaliação alternativa para os alunos dispensados dos procedimentos formais de avaliação que permita avaliar os progressos nas aprendizagens

Rec23. Acompanhamento da criação de unidades de ensino estruturado e unidades de apoio especializado

Rec21. Desenvolvimento de indicadores de qualidade para a educação especial

Implementar um sistema de monitorização que garanta a equidade nos resultados

Alunos com necessidades únicas – é mais difícil avaliar os progressos

Problema de equidade nos resultados

Mais do que assegurar a presença é importante captar as experiências e o envolvimento do aluno

Propostas de melhoria ...

Rec2. Desenvolvimento da colaboração e cooperação entre instituições com vista à criação de recursos para a integração social do aluno e sua transição para a vida pós-escolar

Rec9. Assegurar a implementação do PIT três anos antes da idade limite de escolaridade obrigatória

Rec7. Reforço da integração dos pais na equipa de modo a garantir a sua participação na discussão e delineamento de objetivos e métodos constantes no PEI

Rec19. Desenvolvimento de uma política de inclusão social que actue em articulação com os sistemas de saúde, do emprego e da segurança social e da educação

Desenvolver e implementar uma política de inclusão social

A solução não está apenas centrada na escola – implica os outros serviços da comunidade

Auto-Determinação

Pensar nos percursos educativos dos alunos com incapacidade numa perspectiva de projeto de vida

Conclusão

As questões já não se colocam tanto na equidade no acesso, mas na equidade nos resultados

Por isso

É preciso avaliar/monitorizar as respostas educativas

Se fizermos isto, talvez daqui a algum tempo estaremos capazes de uma **verdadeira fusão entre a Educação Especial e o Ensino Regular**
=
Inclusão